

Defensores da iniciativa privada querem alterar LDB

por Fernando Paulino Neto
do Rio

Os defensores da iniciativa privada na educação vão preparar um anteprojeto de lei para substituir a Lei de Diretrizes e Bases, atualmente na Comissão de Educação da Câmara e que só deve ser votado na próxima legislatura. O coordenador-geral do Simpósio Nacional sobre a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Carlos Alberto Serpa, disse que esse anteprojeto servirá para o "lobby" das pessoas envolvidas na educação "que não querem ficar à margem quando se faz uma lei sem consultá-las". O senador Júlio Campos (PFL-MT), membro da Comissão de Educação do Senado, se comprometeu a apresentar o anteprojeto como substitutivo da Câmara. "Se a Câmara não atender todos os anseios da sociedade, o Senado terá de modificar o projeto", disse ele.

Serpa defende os incentivos fiscais para a empresa privada usá-los na educação. "Já se deu incentivos para tudo neste país, menos para a educação." Para Serpa, o Estado é um mau gestor das verbas para a educação. "A metade do dinheiro é devolvida para o MEC por falta de projetos nos municípios", diz ele. Serpa explica que as escolas públicas têm capacidade hoje para absorver 95% das crianças em idade escolar no País. "O que falta é a qualidade do ensino."

BOLSAS DA UNIÃO

Serpa, presidente da Fundação Cesgranrio, disse que defenderá ainda que a União dê bolsas de estudo nas escolas privadas, o que

é muito restringido pelo projeto de LDB que está em tramitação na Câmara, acrescentando que o custo por aluno em uma escola pública é quatro vezes maior do que nas escolas privadas. "Não acho que a escola privada deva ter dinheiro do governo. As más escolas devem fechar", disse ele.

O coordenador-geral do fórum disse ainda que lutará contra a formação do Conselho Nacional de Educação do modo como está na LDB em tramitação. "O Estado, a quem cabe, constitucionalmente, prever a saúde e educação está em minoria no conselho, o que é errado."

O conselho será o responsável pela política da educação do País e é composto por representantes de entidades diversas, demissíveis pela entidade que representa. "Isso tira a independência", diz ele.

Outro ponto negativo que Serpa vê na LDB é a exigência de educação para o trabalho. "O mais importante é a educação global, pois 70% do que se fizer em educação para o trabalho estará obsoleto em poucos anos e 80% do que se vai precisar nem foi inventado ainda. O mais importante é que o aluno saiba escrever e contar."

Mas o simpósio não viu somente aspectos negativos na nova LDB. Para Serpa, é "um avanço" o fato de a nova Lei de Diretrizes e Bases falar, pela primeira vez, na história do País, na educação da pré-escola, de zero a seis anos. "Nós não somos contra a escola pública, queremos é que tanto a escola pública quanto a privada sejam de boa qualidade."